

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MS

Estudo Técnico Preliminar 3/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08335.012434/2025-49

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente demanda visa à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **controle integrado de pragas urbanas**, abrangendo, no mínimo, o combate e prevenção de **baratas, formigas, aranhas, roedores (desratização)** e pragas correlatas, destinado a atender às necessidades da **Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul — SR/PF/MS**, e suas unidades subordinadas localizadas nas cidades de Corumbá, Ponta Porã, Três Lagoas, Naviraí e Durados, sob a forma de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, para posterior contratação **por demanda** pelas unidades participantes.

2.2. A execução periódica desse tipo de serviço é necessária para manter condições de higiene, salubridade e biossegurança nos ambientes administrativos, preservando a saúde ocupacional dos servidores e terceirizados, bem como a integridade de instalações, documentos, equipamentos e bens públicos. A ausência de controle favorece vetores e reservatórios de agentes patogênicos, podendo gerar danos sanitários e operacionais.

2.3. A necessidade está em consonância com diretrizes técnicas e sanitárias aplicáveis ao controle de pragas em ambientes coletivos, incluindo:

- **Resolução RDC nº 52/2009/ANVISA**, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas em controle de pragas urbanas e estabelece requisitos técnicos para execução segura da atividade;
- **Lei nº 6.437/1977**, que define infrações sanitárias e reforça a obrigação de manutenção de condições de higiene em ambientes coletivos;
- **Portaria GM/MS nº 3.214/1978 (NR-9 e NR-24)**, que trata de higiene ocupacional e condições sanitárias de ambientes de trabalho;
- **Boas Práticas de Controle Integrado de Pragas (CIP)** reconhecidas pelo Ministério da Saúde e pela ANVISA, as quais orientam a adoção de ações preventivas e corretivas de forma contínua, com menor risco ambiental e humano.

2.4. Considerando que a dinâmica operacional das unidades requer tratamento periódico, estima-se a necessidade de **até quatro (04) aplicações anuais por unidade**, com contratação **sob demanda**, mediante utilização da Ata de Registro de Preços.

2.5. A contratação se justifica ainda pela necessidade de mitigar riscos operacionais associados ao surgimento de pragas em ambientes de trabalho, tais como: contaminação de áreas de armazenamento, deterioração de documentos e materiais, riscos de transmissão de patógenos, interrupções operacionais e potenciais infrações sanitárias. Assim, o serviço configura insumo indispensável à continuidade das atividades institucionais, preservando a saúde, a segurança e a regularidade administrativa, em conformidade com o princípio da eficiência (art. 37 da CF/88).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/MS	LEONIDAS GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Funcionais

4.1. A contratação deverá garantir a execução de serviços de **controle integrado de pragas urbanas**, com abrangência mínima para **baratas, formigas, aranhas, roedores e correlatas**, assegurando a eliminação, redução e prevenção de focos, conforme demanda das unidades vinculadas à SR/PF/MS, atendendo às normas sanitárias aplicáveis.

Requisitos de Disponibilidade e Atendimento

4.2. A empresa contratada deverá:

a) atender por meio de equipe técnica habilitada;

b) executar os serviços nos dias e horários acordados com a Administração, preferencialmente sem interrupção das atividades institucionais;

c) estar apta a realizar até quatro (04) aplicações anuais por unidade, sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Requisitos Técnicos Mínimos do Serviço

4.3. A prestação deverá observar:

a) metodologias compatíveis com o **Controle Integrado de Pragas (CIP)**;

b) utilização de produtos regularizados e autorizados pela **ANVISA/MS** para a finalidade;

c) aplicação por **técnico responsável devidamente registrado**, quando exigível;

d) emissão de **Relatório de Serviço**, contendo identificação dos produtos aplicados, princípio ativo, lote, concentração, áreas tratadas, data e técnico responsável.

Requisitos Legais e Regulatórios da Prestadora

4.4. A contratada deverá comprovar:

a) regularização sanitária conforme **RDC nº 52/2009/ANVISA**;

b) licenciamento municipal quando aplicável;

c) atendimento às normas de segurança, saúde e meio ambiente aplicáveis.

Requisitos de Segurança, Saúde e Meio Ambiente

4.5. Os serviços deverão:

a) adotar medidas de biossegurança que evitem danos à saúde dos servidores;

b) evitar contaminação de alimentos, água, documentos, equipamentos e áreas sensíveis;

c) observar as orientações de rotulagem, FISPQ e intervalos de reentrada, quando exigíveis;

d) evitar o uso indiscriminado de substâncias químicas, privilegiando técnicas mitigadoras e de menor impacto, quando compatível com a operação.

Requisitos de Qualidade, Garantia e Aceitação do Serviço

4.6. O serviço será considerado aceito mediante verificação técnica da Administração, observando-se, no mínimo:

a) a integralidade da área tratada;

b) a compatibilidade do produto e método com a finalidade proposta;

c) a entrega de Relatório Técnico de Serviço contendo identificação da unidade atendida, substâncias e dosagens utilizadas, metodologia aplicada, responsável técnico, orientações pós-aplicação;

d) a inexistência de riscos à saúde dos servidores e usuários das instalações; e

e) a redução significativa da presença de vetores e pragas nas áreas tratadas.

4.7. A contratada deverá garantir o serviço por um período mínimo de **03 (três) meses** após cada aplicação, período em que será assegurada a eficácia do tratamento para o combate de **baratas, formigas, aranhas, roedores e pragas correlatas**, incluindo estágios larvares e reprodutivos, sem prejuízo de outras espécies que, por afinidade urbana, sejam objeto comum de controle sanitário.

4.8. Durante o período de garantia, constatada pela Administração a persistência, recorrência ou recrudescimento da infestação, a contratada deverá realizar **reaplicação corretiva, sem ônus adicional**, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** contados da notificação.

4.9. A verificação da necessidade de reaplicação poderá ser demonstrada por meio de:

- a) registros fotográficos;
- b) parecer sanitário ou relatório interno;
- c) atas ou registros de manutenção predial; ou
- d) constatação direta pela unidade fiscalizadora.

4.10. A recusa injustificada de reaplicação durante o período de garantia configurará **inadimplemento contratual**, sujeitando-se a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no futuro instrumento contratual, sem prejuízo da rescisão por motivo de interesse da Administração.

4.11. A garantia prevista nesta seção **não desobriga** a contratada do cumprimento das demais responsabilidades contratuais, técnicas, trabalhistas, ambientais e sanitárias, tampouco afasta eventual responsabilização civil ou administrativa.

4.12. A garantia é compatível com o regime de **Sistema de Registro de Preços**, aplicável por **evento/aplicação**, admitindo-se até **quatro ciclos anuais por unidade**, mediante demanda da Administração.

Requisitos Relativos à Forma de Contratação (SRP)

4.13. A contratação será realizada via **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com:

- a) **contratação por demanda**, sem obrigação de consumo mínimo;
- b) vigência condicionada à Ata de Registro de Preços.

Requisitos de Fiscalização e Governança Contratual

4.14. A execução será acompanhada e atestada por servidor designado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, mediante registros formais no SEI

5. Levantamento de Mercado

5.1 Foram identificados fornecedores locais aptos à prestação dos serviços de controle integrado de pragas urbanas (baratas, formigas, aranhas, roedores e correlatos), com utilização de produtos regularizados pela ANVISA, alvará sanitário e registro no CRQ ou órgão equivalente. Constatou-se pluralidade de ofertantes, indicando ambiente competitivo e viabilidade para a contratação via Sistema de Registro de Preços (SRP).

5.2. A pesquisa de preços realizada para instrução do processo resultou nos seguintes valores:

Grupo	Item	Unidade	Valor Médio Apurado	Qtd. Estimadas	Valor Total Estimado
1	1	GISE CGR -Rua Serra Nevada, 28 – Chácara Cachoeira	R\$ 935,00	3	R\$ 2.805,00
	2	CGR Shopping	R\$ 413,33	3	R\$ 1.239,99
	3	SR/PF/MS (Lar do Trabalhador)	R\$ 3.270,00	3	R\$ 9.810,00
	4	FICCO CGR Rua Pedro Martins, 608 – Vila do Polonês	R\$ 480,00	3	R\$ 1.440,00
TOTAL ESTIMADO GRUPO 1:					R\$ 15.294,99
2	5	DPF/PPA/MS	R\$ 867,53	3	R\$ 2.602,59
	6	DPF/PPA/MS - NPA	R\$ 516,83	3	R\$ 1.550,49
	7	DPF/PPA/MS - GISE	R\$ 803,98	3	R\$ 2.411,94
TOTAL ESTIMADO GRUPO 2:					R\$ 6.565,02
	8	DPF/DRS/MS	R\$ 1.790,00	3	R\$ 5.370,00
	9	DPF/NVI/MS	R\$ 1.283,33	3	R\$ 3.849,99
	10	DPF/TLS/MS	R\$ 1.283,33	3	R\$ 3.849,99
	11	DPF/CRA/MS - 02 Unidades	R\$ 1.113,33	6	R\$ 6.679,98
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA A DEMANDA:					R\$ 41.609,97

5.3. A forma de precificação predominante no mercado é por unidade / aplicação, com prestação sob demanda. A periodicidade recomendada para manutenção do controle é trimestral, resultando em até 4 aplicações anuais por unidade. Contudo, considerando o cronograma estimado, **para o ano de 2026 serão necessárias apenas 3 três aplicações.**

5.4. Constatou-se que o objeto possui características de **serviço comum**, padronizável e comparável, o que permite seleção por critério objetivo e aderência ao SRP, especialmente diante da imprevisibilidade de consumo e necessidade de contratação sob demanda.

5.5. Conclui-se que há **mercado fornecedor suficiente, competitividade, preços consistentes e viabilidade técnica e operacional** para a contratação nos termos pretendidos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços de controle integrado de pragas urbanas em três imóveis vinculados à SR/PF/MS, abrangendo, no mínimo, o combate e prevenção de baratas, formigas, aranhas, roedores e pragas correlatas, com fornecimento de insumos, mão de obra, equipamentos e materiais necessários.

6.2. Os serviços serão prestados sob demanda, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), com estimativa de até quatro aplicações anuais por unidade, compatível com a periodicidade trimestral recomendada para manutenção sanitária e de controle ambiental.

6.3. O objeto será executado em ambientes internos e externos, sem geração de vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, e com garantia técnica mínima de **90 (noventa) dias** por aplicação.

6.4. A solução é adequada para a continuidade das atividades institucionais, considerando que o controle de pragas contribui para a preservação das condições de higiene, saúde, segurança, conservação patrimonial e mitigação de riscos biológicos, em atendimento às normas vigentes de saúde ambiental e biossegurança.

4.6. A contratação do serviço especializado é a alternativa mais eficiente e adequada, uma vez que o controle integrado de pragas demanda:

- a) uso de produtos químicos controlados e registrados;
- b) responsabilidade técnica;
- c) licenciamento e alvará sanitário;
- d) mão de obra treinada; e
- e) equipamentos específicos.

6.6 Tais requisitos tornam inviável a execução direta pela Administração Pública, justificando a contratação de empresa especializada por se tratar de serviço padronizado, com mercado consolidado e alto grau de terceirização no setor público e privado.

6.7. A solução deve ser contratada mediante SRP evitando a fragmentação de despesas o que racionaliza a demanda e permite execução sob demanda, sem compromissos de consumo mínimo, atendendo ao princípio da economicidade.

6.8. A adoção do SRP se justifica em razão de:

- prestação **sob demanda**;
- possibilidade de múltiplos acionamentos dentro do exercício;
- necessidade de atender diferentes unidades com um único procedimento;
- ausência de obrigação de consumo mínimo; e
- racionalização administrativa e economia de escala.

6.9. O SRP evita múltiplas contratações fragmentadas, reduz carga procedimental, amplia competitividade e assegura maior economicidade para a Administração.

6.10. Ressalte-se que na presente contratação não será admitida a adesão à ata de registro de preços, pois a demanda é específica das unidades da SR/PF/MS, envolve dimensionamento próprio, requisitos sanitários e licenciamento local, sem geração de vantagem logística ou econômica com sua expansão, além de incrementar riscos operacionais sem benefício institucional.

6.11. Além do mais, o valor estimado da contratação é de **R\$ 41.609,97 (Quarenta e um mil, seissentos e nove reais e noventa de sete centavos)**, enquadrando-se abaixo do limite legal previsto no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que permite a dispensa de licitação para “contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 [...] no caso de outros serviços e compras”.

6.12. O serviço é padronizado, amplamente ofertado no mercado e de natureza comum, tendo sido identificados diversos fornecedores durante o levantamento de mercado, o que reforça a competitividade e a vantagem da contratação direta.

6.13. Diante do exposto, conclui-se que a contratação direta é **possível, adequada e vantajosa**, podendo prosseguir com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**.

6.14. Constatou-se, ainda, que o objeto é compatível com o SRP, pois possui **especificação padronizável, mercado competitivo e metodologia de precificação homogênea**, conforme levantado na pesquisa de mercado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa de quantidades foi definida com base na necessidade de manutenção de condições sanitárias adequadas nas unidades administrativas da SR/PF/MS, considerando o ciclo biológico das pragas urbanas e a periodicidade trimestral usualmente recomendada para os serviços de controle integrado.

7.2. Para fins de dimensionamento, adotou-se a previsão de **até 03 (três) aplicações anuais por imóvel**, resultando na seguinte distribuição:

Unidade	Denominação	Aplicações/ano
Unidade 1	GISE CGR -Rua Serra Nevada, 28 – Chácara Cachoeira	3
Unidade 2	CGR Shopping	3
Unidade 3	SR/PF/MS (Lar do Trabalhador)	3
Unidade 4	FICCO CGR Rua Pedro Martins, 608 – Vila do Polonês	3
Unidade 5	DPF/PPA/MS	3
Unidade 6	DPF/PPA/MS - NPA	3
Unidade 7	DPF/PPA/MS - GISE	3
Unidade 8	DPF/DRS/MS	3
Unidade 9	DPF/NVI/MS	3
Unidade 10	DPF/TLS/MS	3
Unidade 11	DPF/CRA/MS - 02 Unidade de aplicação	6

7.3. Assim, totaliza-se o seguinte quantitativo estimado no período de 12 (doze) meses:

Total estimado anual: 36 (trinta e seis) aplicações.

7.4. Considerando que a contratação será realizada mediante **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, o quantitativo indicado representa **estimativa máxima**, não configurando compromisso de consumo mínimo por parte da Administração.

7.5. O consumo efetivo será determinado de acordo com a demanda operacional de cada unidade, podendo haver variação decorrente de fatores sazonais, intensificação de infestação, mudança organizacional, obras ou necessidade de reforço técnico.

7.6. Ocorrendo eventos extraordinários que justifiquem solicitações complementares, estas poderão ser atendidas dentro do limite registrado, respeitando-se as disposições legais e regulamentares.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 37.759,98

8.1. A estimativa de preços foi realizada a partir da pesquisa de mercado conduzida junto a fornecedores locais, considerando o escopo do serviço e a forma predominante de precificação identificada (valor por aplicação por unidade), conforme detalhado anteriormente no item “Levantamento de Mercado”.

8.2. Considerando a periodicidade trimestral e o limite máximo estimado de **03 (três) aplicações anuais** por unidade, obtém-se o seguinte valor estimado total:

Grupo	Item	Unidade	Valor Médio Apurado	Qtd. Estimadas	Valor Total Estimado
1	1	GISE CGR -Rua Serra Nevada, 28 – Chácara Cachoeira	R\$ 935,00	3	R\$ 2.805,00
	2	CGR Shopping	R\$ 413,33	3	R\$ 1.239,99
	3	SR/PF/MS (Lar do Trabalhador)	R\$ 3.270,00	3	R\$ 9.810,00
	4	FICCO CGR Rua Pedro Martins, 608 – Vila do Polonês	R\$ 480,00	3	R\$ 1.440,00
TOTAL ESTIMADO GRUPO 1:					R\$ 15.294,99
2	5	DPF/PPA/MS	R\$ 867,53	3	R\$ 2.602,59
	6	DPF/PPA/MS - NPA	R\$ 516,83	3	R\$ 1.550,49
	7	DPF/PPA/MS - GISE	R\$ 803,98	3	R\$ 2.411,94
TOTAL ESTIMADO GRUPO 2:					R\$ 6.565,02
	8	DPF/DRS/MS	R\$ 1.790,00	3	R\$ 5.370,00
	9	DPF/NVI/MS	R\$ 1.283,33	3	R\$ 3.849,99
	10	DPF/TLS/MS	R\$ 1.283,33	3	R\$ 3.849,99
	11	DPF/CRA/MS	R\$ 1.113,33	6	R\$ 6.679,98
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA A DEMANDA:					R\$ 41.609,97

8.2 Na cidade de Corumbá MS além da Delegacia o serviço deverá ser requisitado em outro imóvel de sua responsabilidade, o endereço será fornecido por ocasião da requisição dos serviços.

8.3. Assim, o valor total estimado para o período de 12 (doze) meses é:

Valor Total Estimado Anual: R\$ 41.609,97 (Quarenta e um mil, seissentos e nove reais e noventa de sete centavos)

8.4. A contratação se dará por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, de modo que os valores acima representam **estimativa máxima**, não configurando compromisso de consumo mínimo, conforme previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. A estimativa está compatível com os preços praticados no mercado local, não havendo indícios de sobrepreço ou subpreço, e demonstra aderência à vantajosidade administrativa, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto será licitado na forma de **grupo** e de itens individuais correspondentes às unidades atendidas, a saber:

Grupo	Item	Unidade
1	1	GISE CGR -Rua Serra Nevada, 28 – Chácara Cachoeira
	2	CGR Shopping
	3	SR/PF/MS (Lar do Trabalhador)
	4	FICCO CGR Rua Pedro Martins, 608 – Vila do Polonês
2	5	DPF/PPA/MS
	6	DPF/PPA/MS - NPA
	7	DPF/PPA/MS - GISE
	8	DPF/DRS/MS
	9	DPF/NVI/MS
	10	DPF/TLS/MS
	11	DPF/CRA/MS

9.2. O parcelamento por unidade é adequado para refletir diferenças de área e custo de mobilização, ao mesmo tempo em que a adjudicação por grupo e por item assegura padronização dos insumos, uniformidade sanitária, simplificação administrativa e redução de custos operacionais.

9.3. A pesquisa de mercado evidenciou a existência de fornecedores com capacidade de atender integralmente o conjunto das unidades, não havendo prejuízo à competitividade.

9.4. A modelagem adotada — parcelamento em 11 itens, com adjudicação por grupo e por item individual, via SRP, sob demanda — mostra-se tecnicamente vantajosa e adequada ao interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação não possui dependência direta de outras contratações para sua execução, tampouco condiciona ou inviabiliza a realização de outras contratações administrativas.

10.2. Trata-se de serviço autônomo, sem necessidade de integração prévia com soluções tecnológicas, sistemas informacionais, obras, fornecimentos de materiais ou serviços continuados.

10.3. Não há registro de contratação que deva ser realizada obrigatoriamente de forma conjunta (contratação interdependente), nem identificação de objeto que devesse ser absorvido ou incorporado à presente solução.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da SR/PF/MS, por se tratar de serviço essencial para manutenção sanitária, ambiental e de segurança dos ambientes de trabalho.

11.2. O objeto integra rotinas de manutenção predial e suporte administrativo, contribuindo para a continuidade das atividades finalísticas e administrativas.

11.3. Consta previsão da demanda no **Plano de Contratações Anual (PCA) – Exercício 2026**, o que evidencia o alinhamento prévio da necessidade ao planejamento de contratações do órgão, conforme diretrizes de governança.

11.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) harmoniza-se com o planejamento orçamentário e operacional, evitando contratações esporádicas e possibilitando atendimento da demanda sob requisição.

11.5. Não há incompatibilidades com ações, projetos ou programas em andamento, estando a solução convergente com o planejamento logístico e orçamentário estabelecido.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação permitirá a manutenção das condições sanitárias, higiênicas e ambientais adequadas nas unidades da SR/PF/MS, prevenindo a proliferação de vetores urbanos (baratas, formigas, aranhas, roedores e correlatos) e reduzindo riscos à saúde de servidores, estagiários, colaboradores, terceirizados e visitantes.

12.2. Melhorará as condições de biossegurança dos ambientes laborais, em conformidade com as normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e controle de pragas, contribuindo para ambientes mais seguros e salubres.

12.3. Mitigará riscos de contaminação, deterioração de materiais e equipamentos sensíveis, preservando patrimônio público e reduzindo impactos operacionais decorrentes de infestação.

12.4. Contribuirá para a continuidade das atividades administrativas e operacionais, ao evitar paralisações por problemas sanitários ou interdições.

12.5. Propiciará maior previsibilidade orçamentária e processual com a utilização do Sistema de Registro de Preços, reduzindo o número de processos individualizados e otimizando os fluxos de contratação.

12.6. Reforçará o atendimento a requisitos legais e normativos, tais como normas sanitárias, de saúde ocupacional e boas práticas administrativas, alinhando a contratação aos princípios da eficiência, economicidade e prevenção.

12.7. Fomenta a adoção de boas práticas de gestão predial, com impacto positivo no ciclo de manutenção dos imóveis e na qualidade do ambiente organizacional.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. **Elaborar o Termo de Referência**, contendo escopo, requisitos técnicos, critérios de sustentabilidade, periodicidade estimada e responsabilidades da contratada.

13.2. **Obter a autorização da autoridade competente** para a contratação direta, com aprovação do TR e da motivação.

13.3. Elaborar a minuta da Ata de Registro de Preços.

13.4. **Elaborar o aviso de dispensa**, para fins de transparência e publicidade, conforme exigências da Lei nº 14.133/2021 e normativos correlatos.

13.5. **Realizar a programação das dedetizações**, definindo previamente:

- calendário trimestral ou conforme necessidade das unidades;
- horários e áreas específicas para execução;
- medidas de biossegurança e procedimentos de isolamento/ventilação;
- responsáveis por liberar e acompanhar os ambientes.

13.6. **Designar gestor e fiscais do contrato**, responsáveis por monitorar a execução, validar os relatórios técnicos e acompanhar eventuais reaplicações.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A execução dos serviços de controle integrado de pragas pode gerar impactos ambientais associados ao uso de saneantes domissanitários e aos resíduos decorrentes da aplicação. Conforme orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU**, os principais riscos ambientais são:

- a) **Contaminação do solo e das águas**, caso haja descarte inadequado de embalagens, sobras de produtos ou resíduos contaminados, conforme previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), citada no capítulo do Guia sobre controle de pragas.
- b) **Exposição acidental da fauna urbana**, incluindo insetos polinizadores, em situações de aplicação inadequada de saneantes ou uso de produtos fora das especificações técnicas.
- c) **Volatilização e dispersão indevida de substâncias químicas** em ambientes fechados ou sem ventilação apropriada, gerando risco ambiental e sanitário, conforme normas ANVISA referenciadas no Guia (ex.: RDC 622/2022).

d) **Geração de resíduos perigosos (classe I)**, provenientes de embalagens contaminadas e materiais utilizados na aplicação, cuja destinação ambientalmente adequada é obrigatória segundo as diretrizes de sustentabilidade destacadas pela AGU.

14.2. Medidas de mitigação (também alinhadas ao Guia):

- uso de produtos regularizados e de menor toxicidade;
- adoção do Controle Integrado de Pragas (CIP), minimizando o uso químico;
- destinação adequada de resíduos pela contratada;
- atuação de responsável técnico habilitado;
- cumprimento de requisitos sanitários e ambientais associados aos ODS 3, 6 e 12

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. A contratação é totalmente viável com objetivo de promover a manutenção das condições de higiene, salubridade e biossegurança nos ambientes administrativos, preservando a saúde ocupacional dos servidores e terceirizados, bem como a integridade de instalações, documentos, equipamentos e bens públicos da **Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul — SR/PF/MS e de suas unidades descentralizadas**.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FAGNE DE OLIVEIRA LIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 17:22:15.

LEVI MONTEIRO DE SOUZA

Membro da comissão de contratação